



15 de novembro de 2019

Estatísticas Demográficas

2018

Número médio de filhos por mulher foi de 1,41, o valor mais elevado desde 2005

Em 2018, a população residente em Portugal foi estimada em 10 276 617 pessoas, o que representa uma diminuição de 14 410 habitantes relativamente ao ano anterior.

O número de nascimentos foi 87 020 (nados-vivos), tendo aumentado 1,0% em relação a 2017 (86 154). O índice sintético de fecundidade registou um aumento, para 1,41 filhos por mulher (1,37 em 2017).

A idade média das mulheres ao nascimento de um filho continuou a aumentar situando-se em 31,4 anos (31,2 em 2017), enquanto a idade média ao nascimento do primeiro filho passou para 29,8 anos (29,6 anos em 2017).

O número de óbitos foi 113 051, aumentando 3,0% relativamente a 2017 (109 758). O número de óbitos infantis foi 287, mais 58 que em 2017. A taxa de mortalidade infantil aumentou para 3,3 óbitos por mil nados-vivos (2,7‰ em 2017).

Em 2018 realizaram-se em Portugal 34 637 casamentos, mais 3,0% que no ano anterior (33 634). A idade média ao primeiro casamento foi 33,6 anos para os homens e 32,1 anos para as mulheres (33,2 anos e 31,6 anos, respetivamente, em 2017).

O número de divórcios reduziu-se 5,7%, para 20 345. A idade média ao divórcio foi 47,1 anos para os homens e 44,6 anos para as mulheres.

Estima-se que, durante 2018, tenham entrado em Portugal 43 170 imigrantes permanentes, mais 17,8% que em 2017 (36 639), e tenham saído 31 600 emigrantes permanentes, menos 0,5% que em 2017 (31 753). Assim, o saldo migratório foi positivo pelo segundo ano consecutivo (4 886 em 2017 e 11 570 em 2018).

Em 2018, 28 856 estrangeiros adquiriram a nacionalidade portuguesa, um número superior em 23,7% ao de 2017 (23 320): 21 333 aquisições da nacionalidade respeitaram a residentes em Portugal e 7 523 a residentes no estrangeiro.

Apesar do aumento da natalidade, do decréscimo da emigração e do aumento da imigração, a situação demográfica em Portugal em 2018 continua a caracterizar-se pelo decréscimo da população residente, ainda que atenuado nos dois últimos anos.

O INE divulga hoje no seu Portal – <u>www.ine.pt</u> – a publicação <u>Estatísticas Demográficas 2018</u>, que apresenta uma análise da situação demográfica a partir de indicadores relativos a população residente (volume e estrutura), natalidade e fecundidade, mortalidade e esperança de vida, formação e dissolução familiar (casamentos celebrados e dissolvidos por divórcio ou por morte), migrações internacionais e aquisição da nacionalidade portuguesa.

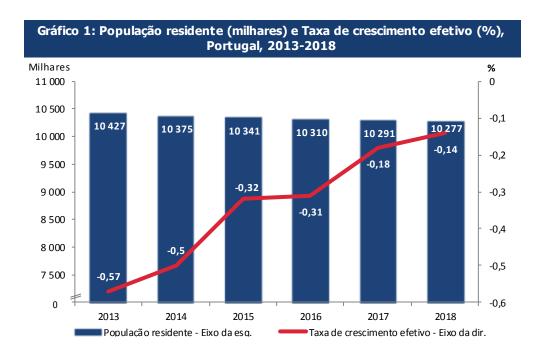




1. População residente

A redução da população residente continuou em 2018, embora a menor ritmo

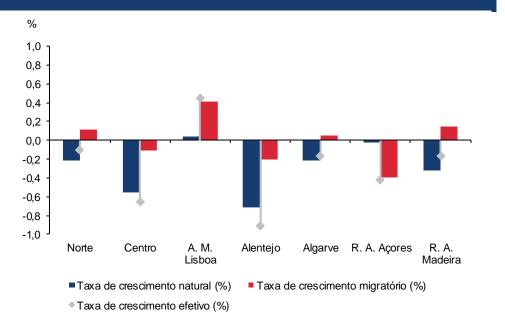
Em 2018, a população residente em Portugal foi estimada em 10 276 617 pessoas, número que representa uma diminuição da população residente em 14 410 habitantes relativamente ao ano anterior. A taxa de crescimento efetivo foi -0,14% (-0,18% em 2017), o que decorreu de uma taxa de crescimento natural de -0,25% e de uma taxa de crescimento migratório de +0,11%. Manteve-se, assim, a tendência de decréscimo populacional verificada desde 2010, ainda que se tenha atenuado nos últimos dois anos.



A Área Metropolitana de Lisboa foi, em 2018, a única região NUTS II em que aumentou a população residente, com uma taxa de crescimento efetivo de 0,45%. Embora este aumento tenha resultado sobretudo do crescimento migratório (0,41%), a Área Metropolitana de Lisboa foi também a única região com uma taxa de crescimento natural positiva (0,04%). Em 2018, o Alentejo foi a região que mais perdeu população, com uma taxa de crescimento efetivo de -0,91%, em resultado de taxas de crescimento migratório e de crescimento natural negativas, respetivamente de -0,20 e de -0,72.



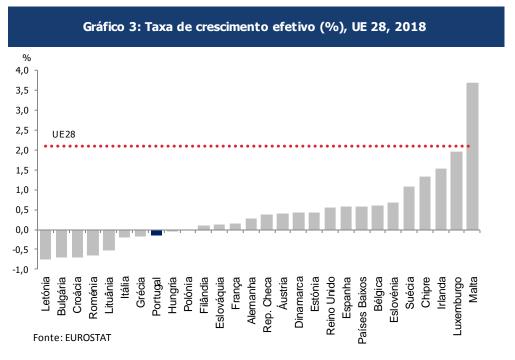




Em 2018, a população da União Europeia (UE28) aumentou em 1,1 milhões de pessoas (+0,21%). A população aumentou em dezoito Estados Membros e diminuiu em dez. O maior aumento foi observado em Malta (+3,68%), à frente do Luxemburgo (+1,96%), Irlanda (+1,52%), Chipre (+1,34%), Suécia (+1,08%), Eslovénia (+0,68%), Bélgica (+0,61%), Espanha e os Países Baixos (ambos +0,59%) e o Reino Unido (+0,56%). A maior redução da população ocorreu na Letónia (-0,75%), seguida pela Bulgária e pela Croácia (ambas -0,71%), Roménia (-0,66%) e Lituânia (-0,53%). Portugal, encontrando-se entre os países com taxas de crescimento efetivo negativas, ocupa a terceira posição entre aqueles que menos perderam população, atrás da Polónia (-0.01%) e da Hungria (-0.06%).





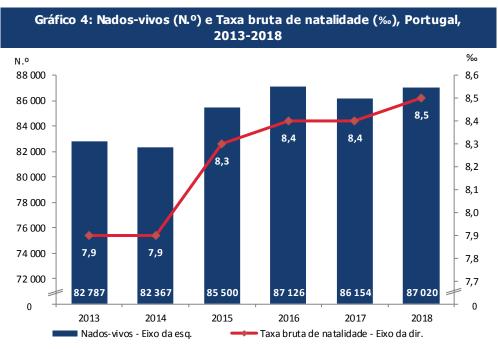


2. Natalidade e fecundidade

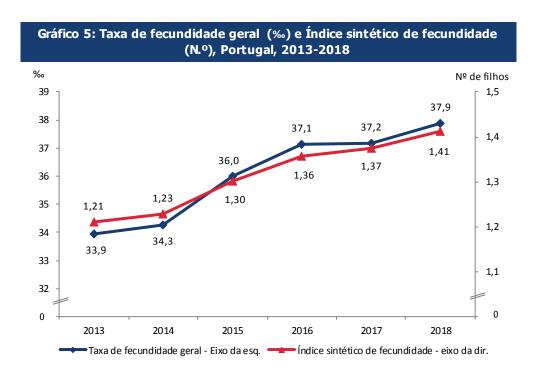
Número de nados-vivos cresceu 1,0% e índice sintético de fecundidade aumentou para 1,41

Em 2018, registou-se, em Portugal, o nascimento de 87 020 nados-vivos, filhos de mães residentes em território nacional, mais 1,0% em relação a 2017. Este acréscimo contribuiu para um ligeiro aumento da taxa bruta de natalidade, que passou para 8,5 nados-vivos por mil habitantes (8,4 em 2017).





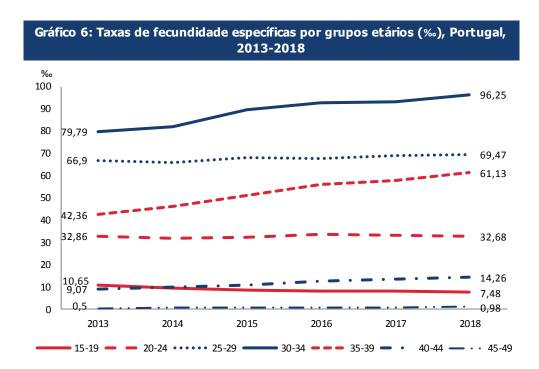
Após ter registado o valor mínimo de 1,21 filhos por mulher em idade fértil em 2013, o índice sintético de fecundidade tem vindo a recuperar, atingindo em 2018 o valor de 1,41.







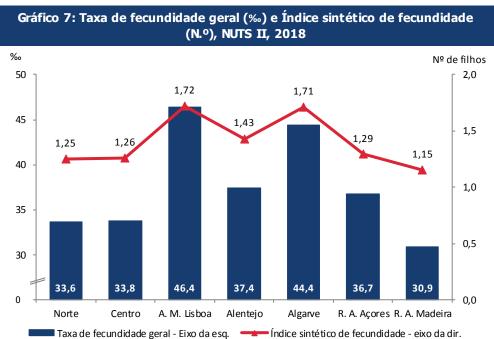
Este aumento da fecundidade resultou da variação positiva da taxa de fecundidade geral (37,9 nados-vivos por mil mulheres dos 15 aos 49 anos, que compara com 37,2 em 2017). A decomposição por idades das mulheres permite concluir que, em relação a 2017, os maiores acréscimos nas taxas de fecundidade se registaram nos grupos etários 30-34 anos e 35-39 anos, salientando-se que se verificaram aumentos em todos os grupos etários acima dos 25 anos.



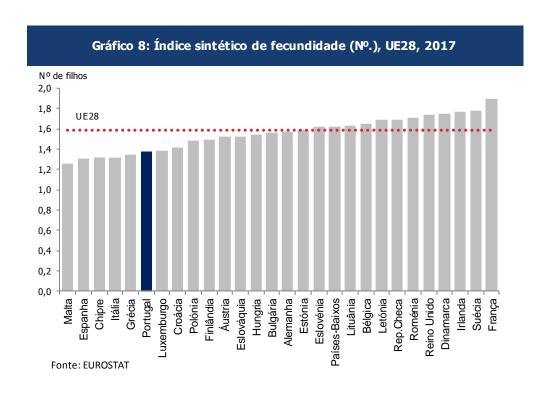
Por região, os índices sintéticos de fecundidade mais elevados registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, respetivamente, 1,72 e 1,71 nados-vivos por mulher em idade fértil. Na Região Autónoma da Madeira verificou-se o valor mais baixo para este indicador (1,15).







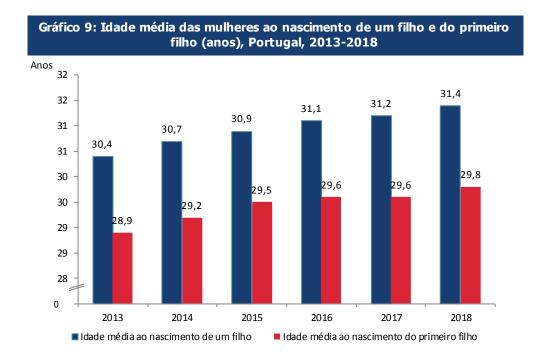
Em 2017, ano mais recente para o qual existem dados comparáveis disponibilizados pelo Eurostat, o ISF na UE28 foi de 1,59 crianças por mulher. O valor mais elevado do ISF pertenceu a França (1,90 filhos por mulher em idade fértil) e o mais reduzido a Malta (1,26 filhos por mulher em idade fértil). Portugal foi o sexto país da UE28 com o ISF mais baixo.





Idade média das mulheres ao nascimento dos filhos continua a aumentar

Entre 2013 e 2018 a idade média das mulheres ao nascimento de um filho (independentemente da ordem de nascimento) passou de 30,4 para 31,4 anos e a idade média ao nascimento do primeiro filho passou de 28,9 para 29,8 anos.



3. Mortalidade¹ e esperança de vida

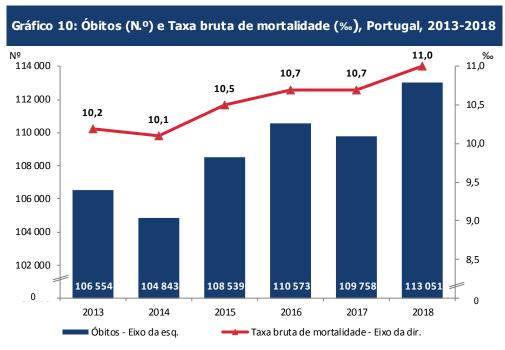
Número de óbitos aumentou 3,0%

Em 2018, registaram-se 113 051 óbitos de pessoas residentes em Portugal (50,2% óbitos de homens e 49,8% óbitos de mulheres), o que corresponde a um aumento de 3,0% (3 293 óbitos) relativamente a 2017. A taxa bruta de mortalidade foi 11,0‰, valor ligeiramente superior ao de 2017 (10,7‰).

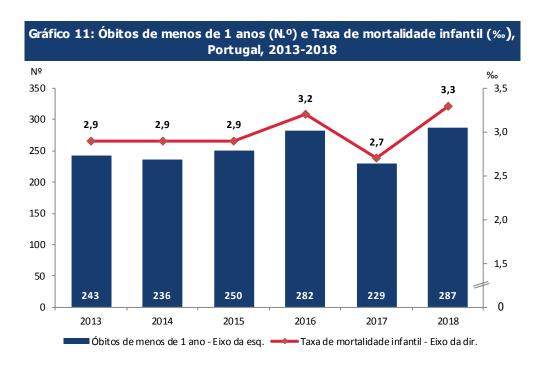
Estatísticas Demográficas - 2018

Os dados da mortalidade referentes a 2018 apresentados neste destaque são os disponíveis em outubro de 2019, revistos no âmbito da conclusão do processo de codificação das causas de morte nos registos de óbito de 2018, pelo que diferem dos anteriormente disponibilizados pelo INE nos destaques "Estatísticas Vitais 2018" e "Estimativas de População Residente em Portugal 2018", divulgados, respetivamente, em 29 de abril e em 14 de junho de 2019.





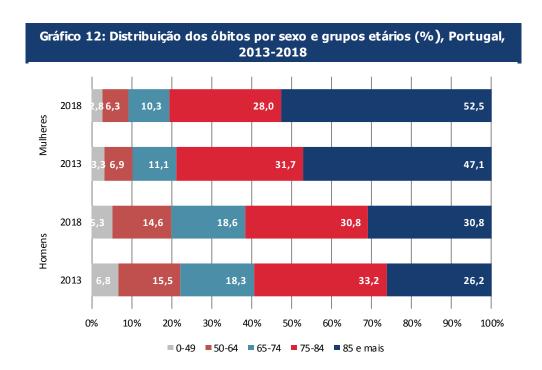
Em 2018, registaram-se 287 óbitos durante o primeiro ano de vida, mais 58 óbitos que em 2017. A taxa de mortalidade infantil aumentou para 3,3 óbitos por mil nados-vivos (2,7‰ em 2017).







Da totalidade dos óbitos de pessoas residentes em Portugal, 41,6% (40,7% em 2017) ocorreram em idades iguais ou superiores a 85 anos. Nas mulheres, mais de metade (52,5%) dos óbitos ocorreram aos 85 ou mais anos (51,5% em 2017), enquanto a maioria dos óbitos dos homens ainda se regista em idades inferiores aos 85 anos (69,2% em 2018).



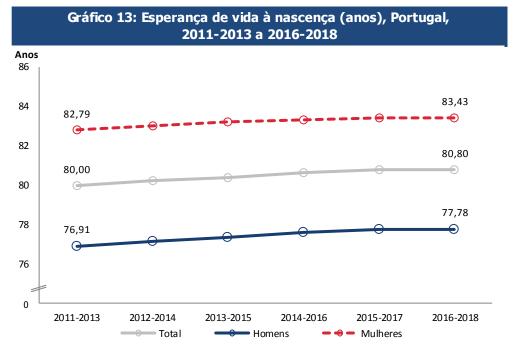
Maior aumento da esperança de vida nos homens, mas mulheres mantêm maior longevidade

A esperança de vida à nascença para o total da população, no triénio 2016-2018, foi estimada, em 80,80 anos.

Embora os ganhos recentes em anos de vida esperados sejam superiores para a população masculina (0,87 anos para os homens e 0,64 anos para as mulheres, entre os períodos 2011-2013 e 2016-2018), a esperança de vida à nascença continua a ser superior para as mulheres. No período 2016-2018, as mulheres podiam esperar viver 83,43 anos e os homens 77,78 anos.





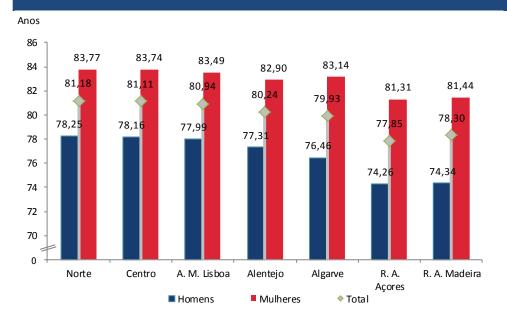


Os valores mais elevados da esperança de vida à nascença para o total da população, para homens e para mulheres, foram observados na região Norte. Em contrapartida, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores são aquelas onde se observaram os valores mais baixos, tanto para o total da população, como para homens e mulheres.

As maiores diferenças de longevidade entre homens e mulheres em 2016-2018 registaram-se nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, onde as mulheres podiam esperar viver, em média, respectivamente, mais 7,10 e 7,05 anos do que os homens. Na Área Metropolitana de Lisboa e no Norte observaram-se as menores diferenças de longevidade entre sexos (5,50 e 5,52 anos, respetivamente).





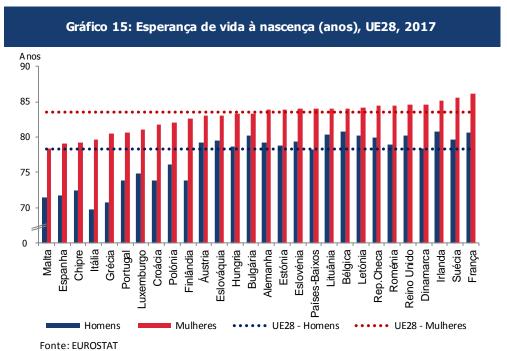


Em 2017, ano mais recente para o qual existem dados comparáveis divulgados pelo Eurostat, a esperança de vida à nascença situava-se em 80,9 anos para a União Europeia (UE28).

A posição de Portugal é mais favorável para as mulheres, ocupando a 4ª posição no *ranking* da UE28, enquanto para os homens o país ocupa a 17ª posição. A Espanha é o país com a maior esperança de vida feminina, de 86,1 anos, mais 1,5 anos que em Portugal. No caso dos homens, na primeira posição estão a Itália e a Suécia, ambos com 80,8 anos, mais 2,4 anos que em Portugal.







4. Nupcialidade e divorcialidade

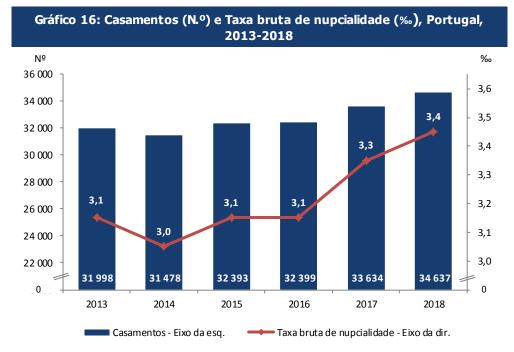
Número de casamentos aumentou 3,0% e número de divórcios diminuiu 5,7%

Em 2018, realizaram-se em Portugal 34 637 casamentos, dos quais 607 entre pessoas do mesmo sexo. O número total de casamentos aumentou 1 003 relativamente a 2017 (33 634), em resultado do acréscimo da nupcialidade, quer entre pessoas de sexo oposto (mais 919 casamentos), quer entre pessoas do mesmo sexo (mais 84 casamentos).

A taxa bruta de nupcialidade aumentou para 3,4 casamentos por mil habitantes (3,3 em 2017).



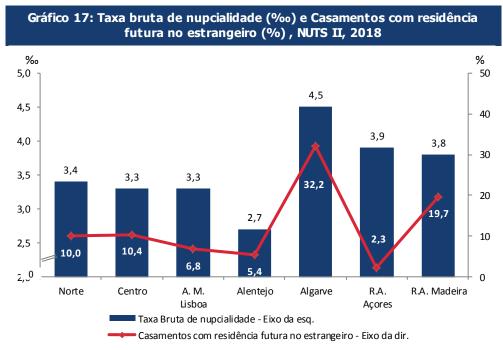




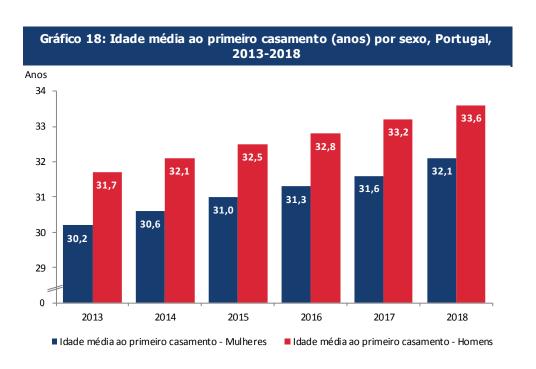
O Alentejo apresentou a menor taxa bruta de nupcialidade. Em oposição, foi no Algarve e nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira que se registaram as taxas mais elevadas, respetivamente, 4,5‰, 3,9‰ e 3,8‰.

Em 2018, em 10,3% dos casamentos realizados em Portugal, os cônjuges declararam que a sua residência futura seria no estrangeiro. Esta proporção foi claramente superior no Algarve (32,2%) e na Região Autónoma da Madeira (19,7%). As regiões Norte e Centro apresentaram proporções próximas do valor nacional. Com uma proporção inferior ao valor nacional encontravam-se a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo e Região Autónoma dos Açores.





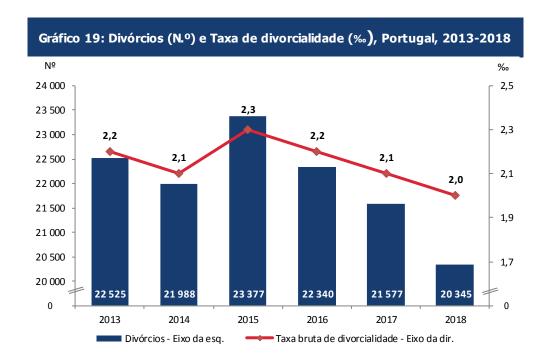
O adiamento da idade ao casamento é uma tendência que se tem mantido ao longo das últimas décadas e para ambos os sexos: em 2018, a idade média ao primeiro casamento situou-se em 33,6 anos para os homens e 32,1 anos para as mulheres, o que compara com 33,2 anos e 31,6 anos, respetivamente, em 2017.





Em 2018, foram decretados 20 345 divórcios de casais cuja morada de família se localizava em Portugal, menos 1 232 que em 2017.

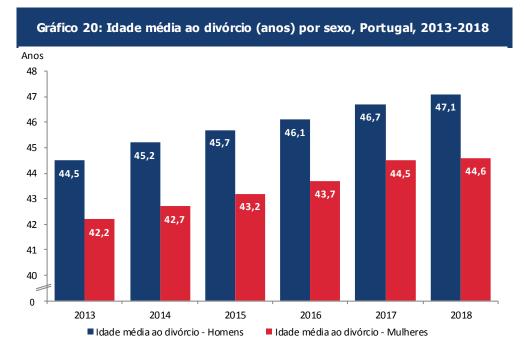
Os valores da taxa bruta de divorcialidade acompanham a tendência de evolução do número de divórcios decretados, atingindo, em 2018, 2,0 divórcios por mil habitantes, valor ligeiramente inferior ao do ano anterior (2,1‰).



A idade média ao divórcio foi 45,9 anos para ambos os sexos, superior à verificada em 2017, que se fixou em 45,6 anos. A idade média dos homens ao divórcio foi 47,1 anos e 44,6 anos para as mulheres.







5. Migrações internacionais

Número de imigrantes continuou a aumentar e número de emigrantes diminuiu pelo quinto ano consecutivo

Estima-se que durante 2018 tenham entrado em Portugal 43 170 pessoas para residir por um período igual ou superior a 1 ano (imigrantes permanentes), valor superior em 17,8% ao estimado para 2017 (36 639).

Do total dos imigrantes permanentes:

- 53% eram mulheres;
- 47% tinham nacionalidade portuguesa;
- 34% nasceram em Portugal;
- 43% residiam anteriormente num país da União Europeia; e
- 83% eram pessoas em idade ativa (15 a 64 anos).

Por outro lado, estima-se que em 2018 tenham saído de Portugal para residir no estrangeiro por um período igual ou superior a 1 ano (emigrantes permanentes) um total de 31 600 pessoas, menos 0,5% que em 2017 (31 753).

Do total de emigrantes permanentes:

- 73% eram homens;
- 93% tinham nacionalidade portuguesa;
- 68% tiveram como destino um país da União Europeia;

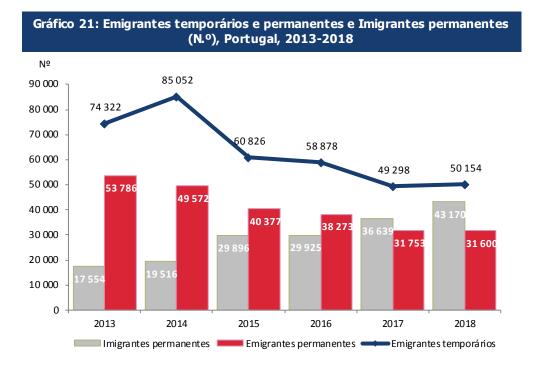




94% eram pessoas em idade ativa.

Dos valores estimados de emigrantes e imigrantes permanentes, resultou um saldo migratório positivo pelo segundo ano consecutivo (4 886 em 2017 e 11 570 em 2018).

O número estimado de pessoas que deixaram o país com intenção de permanecer no estrangeiro por um período superior a 3 meses e inferior a um ano – emigrantes temporários –, registou, por seu turno, um aumento de 1,7%, relativamente a 2017, passando de 49 298 para 50 154 em 2018.

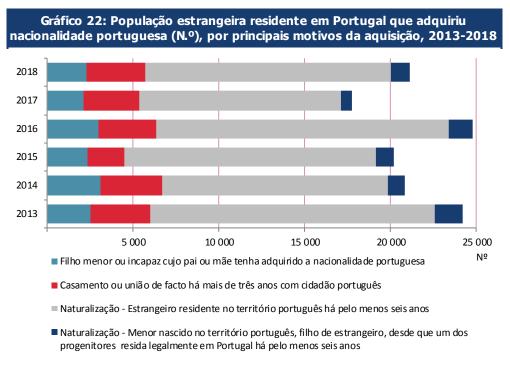


6. Aquisição da nacionalidade portuguesa

Número de aquisições da nacionalidade portuguesa situou-se em 28 856; 21 333 concedidas a estrangeiros residentes em Portugal e 7 523 a residentes no estrangeiro

Em 2018, 21 333 estrangeiros residentes em Portugal adquiriram a nacionalidade portuguesa, valor superior em 18,4% ao de 2017 (18 022). A principal via para a aquisição da nacionalidade portuguesa por estrangeiros residentes em Portugal foi a naturalização (72,9%), seguida de "casamento ou união de facto há mais de três anos com cidadão português" (16,0%) e de "filho menor ou incapaz, cujo pai ou mãe tenha adquirido a nacionalidade portuguesa" (10,8%).





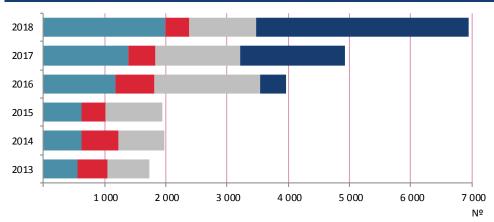
Relativamente à aquisição da nacionalidade portuguesa por estrangeiros que não residem em Portugal, manteve-se a tendência de crescimento observada nos últimos anos (7 523 casos em 2018, mais 42,0% que no ano anterior). Esta evolução está associada em parte a alterações legislativas que vieram facilitar a possibilidade de aquisição da nacionalidade por estrangeiros descendentes de portugueses e, em particular, de judeus sefarditas portugueses.

De facto, em 2018, o principal motivo de aquisição da nacionalidade por estrangeiros não residentes foi ser "descendente de judeus sefarditas portugueses", com um peso de 46,2% no total (3 472 casos). Seguem-se, por ordem decrescente de importância, o "casamento ou união de facto há mais de três anos com cidadão português", com 26,4% (1 986 casos) e "ser descendente de nacional português", com um peso de 14,7% no total (1 105).





Gráfico 23: População estrangeira residente no estrangeiro que adquiriu a nacionalidade portuguesa (N.º), por principais motivos da aquisição, 2013-2018



- Casamento ou união de facto há mais de três anos com cidadão português
- Mediante declaração da vontade após perda da nacionalidade durante a incapacidade
- Naturalização Descendente de nacional português
- Naturalização Descendente de judeus sefarditas portugueses





Nota técnica

A publicação eletrónica "Estatísticas Demográficas" tem periodicidade anual e visa analisar as várias temáticas do comportamento demográfico da população residente em Portugal, nomeadamente as ligadas ao volume e estrutura etária, crescimento natural e migratório, natalidade e fecundidade, mortalidade e esperança de vida, formação familiar (casamentos celebrados) e dissolução familiar (casamentos dissolvidos por divórcio e por morte), movimentos migratórios internacionais, população estrangeira a residir ou permanecer em Portugal com enquadramento legal e aquisição e atribuição da nacionalidade portuguesa.

A presente edição corresponde à 78ª edição do anuário temático sobre Demografia, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, IP) desde 1935.

Os dados publicados estão, na generalidade, desagregados ao primeiro e segundo níveis da Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS I e NUTS II) e reportam ao período 2013-2018. Ainda associadas a cada tabela encontram-se hiperligações para dados com um maior detalhe geográfico e temporal. Sublinha-se que no Capítulo 6 são disponibilizadas séries longas dos principais indicadores demográficos com informação decenal, para o período de 1900 a 1980, e anual de 1980 a 2018.

A publicação integral, bem como os dados estatísticos que suportam a análise, estão disponíveis em www.ine.pt, na opção Informação Estatística> Publicações> tema População. Está também disponível em www.ine.pt um conjunto alargado de indicadores demográficos com desagregações territoriais por NUTS I, II e III e Município, na opção Informação Estatística> Dados Estatísticos> Base de dados> População.